



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

	<p><i>Trabalhadores Imigrantes na Grande Lisboa: da Integração Laboral à Participação Cívica</i></p> <p>Pedro Perista (Coord.), Manuel Abrantes, Ana Cardoso, Paula Carrilho Outubro de 2021, Estudo OM 70 Observatório das Migrações Alto Comissariado para as Migrações (ACM) ISBN 978-989-685-122-4</p> <p>Investigação cofinanciada pelo Fundo Europeu para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)</p> <p></p> <p>Estudo disponível em: www.om.acm.gov.pt Contacto: om@acm.gov.pt</p>
---	---

Resumo:

A presente publicação descreve a execução e os resultados do projeto 'Trabalhadores Imigrantes na Grande Lisboa - da integração laboral à participação cívica', financiado pela União Europeia através do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) na sequência de uma candidatura apresentada pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social – ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM) enquanto autoridade delegada no âmbito do FAMI (projeto PT/2017/FAMI/148).

O livro encontra-se estruturado em três capítulos principais. Primeiro, apresenta-se uma breve revisão de literatura, sintetizando-se, igualmente, os resultados de estudos empíricos e, justapondo os contributos teóricos e empíricos, procurando-se definir um conjunto de aspetos ou eixos fundamentais para o decorrer do estudo.

Num segundo capítulo, de carácter eminentemente quantitativo, analisam-se os dados principais de duas bases de dados que permitem isolar a população migrante nacional de países terceiros (NPT) e as características da sua integração laboral em Portugal: a base de dados do XV Recenseamento Geral da População – Censos 2011 e a base de dados do Inquérito ao Emprego relativa ao quarto trimestre de 2016. Os dados de natureza quantitativa analisados ilustram o crescimento da diversidade das pessoas estrangeiras que se instalam em Portugal por motivos económicos. Da análise das bases estatísticas é notória a maior prevalência da população ativa jovem, entre os 15 e os 39 anos, sendo que a grande maioria se encontra empregada. A maioria da população NPT trabalha por conta de outrem, estando sobrerrepresentada em locais de trabalho centrados em atividades administrativas e serviços de apoio e em serviços pessoais e domésticos, bem como no desempenho de trabalho não qualificado (sobretudo as mulheres) e na categoria 'indústrias, construção e artífices' (sobretudo os homens). Relativamente à população portuguesa, a população NPT regista uma menor prevalência de contratos sem termo e uma maior prevalência de trabalho

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES | OBSERVATORY FOR MIGRATION | www.om.acm.gov.pt

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. | HIGH COMMISSION FOR MIGRATION
Rua Álvaro Coutinho, 14 | 1150-025 Lisboa | T.+(351) 218 106 100 F.+(351) 218 106 117



a tempo parcial, principalmente entre as mulheres e nomeadamente entre os nacionais do Brasil e dos PALOP, cuja taxa de trabalho a tempo parcial duplica a registada para a população portuguesa.

O terceiro capítulo, de natureza eminentemente qualitativa, permite complementar e enriquecer a informação anterior com os resultados de um conjunto de 25 entrevistas realizadas a quatro tipos distintos de interlocutores que consistiram, desde o primeiro momento, interlocutores-chave para a realização do estudo: representantes de associações de/para imigrantes NPT, de organizações sindicais, e de municípios, bem como pessoas imigrantes NPT elas próprias.

Os resultados obtidos através das entrevistas indicam que a regularização continua a ser um dos principais motivos para a procura de apoio por parte da população NPT junto de organizações da sociedade portuguesa e, mais especificamente, junto de associações e de sindicatos. Em paralelo, surge a necessidade de reconhecimento e validação das qualificações trazidas dos países de origem e o apoio para a procura de emprego e para a elaboração do *curriculum vitae*. As várias categorias de atores auscultados foram unânimes na consideração de que há obstáculos à integração laboral que são impostos pelas entidades empregadoras, registando-se situações abusivas por parte de muitas delas. Quer associações, quer sindicatos referem que o recurso da população NPT aos seus serviços é facilitado quando existem recomendações por parte de familiares e/ou pessoas amigas, bem como pelo passa-a-palavra entre migrantes. Continuam, no entanto, a existir situações de pessoas que se sentem constringidas em recorrer a estas organizações. Por outro lado, as pessoas que procuram o apoio de uma associação ou sindicato muitas vezes não se encontram predispostas a participar no movimento associativo ou sindical de forma mais ativa, evocando sobretudo razões relacionadas com a fragilidade económica e a falta de tempo.

Das entrevistas realizadas, não é visível a existência de estratégias por parte das organizações da sociedade civil que, de um modo coerente, sejam delineadas para fomentar a participação cívica das pessoas migrantes. Pode, no entanto, dizer-se que existe uma preocupação transversal para se conseguir uma maior adesão às iniciativas ou atividades das organizações. A procura da proximidade com a população e a divulgação das atividades / iniciativas que desenvolvem são as principais estratégias referidas pelos interlocutores entrevistados e que caracterizam quer associações, quer sindicatos.

Os resultados deste projeto foram discutidos numa conferência final, que integrou grupos de discussão que contribuíram para o processo de formulação de recomendações de política pública que promovam a integração laboral e a participação cívica da população NPT em Portugal. Uma súmula destas recomendações encontra-se integrada no capítulo final deste livro.